



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

Resultados dos exercícios de *stress test* ao Banco Espírito Santo e à Santander Totta, SGPS

6 de Agosto de 2010

O Banco Espírito Santo e a Santander Totta, SGPS solicitaram ao Banco de Portugal a realização de *stress tests* à sua atividade sub-consolidada nos mesmos moldes do exercício coordenado pelo Comité Europeu de Autoridades de Supervisão Bancária (CEBS), em cooperação com o Banco Central Europeu, publicado em 23 de Julho de 2010.

O exercício coordenado pelo CEBS foi realizado apenas ao nível mais elevado de consolidação prudencial dos grupos bancários em causa, tendo em conta que esse é o nível adequado em termos de supervisão e ainda tendo em conta que tal permite evitar que o mesmo conjunto de instituições seja coberto em mais do que um nível de consolidação e/ou jurisdição. No âmbito do CEBS, foi acordado que as autoridades de supervisão nacionais podiam tomar iniciativas no sentido da realização e publicação de *stress tests* adicionais, com a metodologia e as hipóteses subjacentes às do exercício coordenado pelo CEBS (*vide* Anexo), a instituições sujeitas à supervisão na sua jurisdição, desde que a divulgação não ocorresse antes de 6 de Agosto de 2010.

É neste contexto que agora se publicam os resultados das duas instituições acima referidas. Sublinhe-se que estes resultados não fazem parte do exercício coordenado ao nível da União Europeia, pelo que não serão republicados pelo CEBS.

Banco Espírito Santo

Resultados observados

Em 31 de Dezembro de 2009	milhões de euros
Capital Tier 1 total	5,405
Capital regulamentar total	7,256
Total dos ativos ponderados por risco	65,097
Resultados antes de perdas por imparidade (incluindo custos operacionais)	1,364
Perdas por imparidade em ativos financeiros no <i>banking book</i>	-612
Taxa anual de perdas em exposições a Empresas (%) ¹	1.34%
Taxa anual de perdas em exposições de Retalho (%) ¹	0.10%
Rácio Tier 1 (%)	8.3%

Resultados dos cenários de stress test

O exercício de stress test foi realizado sob algumas hipóteses comuns simplificadoras (e.g. assumiu-se que as rubricas de balanço permaneciam constantes, tratamento uniforme das exposições de titularização). Desta forma, a informação relativa ao cenário de referência é apenas apresentada para fins comparativos. Nem o cenário de referência nem o cenário adverso devem ser interpretados como uma previsão em qualquer circunstância.

Cenário de referência em 31 de Dezembro de 2011 ²	milhões de euros
Capital Tier 1 total após o cenário de referência	6,033
Capital regulamentar total após o cenário de referência	7,885
Total dos ativos ponderados por risco após o cenário de referência	65,097
Rácio Tier 1 após o cenário de referência (%)	9.3%

Cenário adverso em 31 de Dezembro de 2011 ²	milhões de euros
Capital Tier 1 total após o cenário adverso	5,204
Capital regulamentar total após o cenário adverso	7,055
Total dos ativos ponderados por risco após o cenário adverso	65,097
Resultados acumulados antes de perdas por imparidade (incluindo custos operacionais) após o cenário adverso ²	2,945
Perdas por imparidade acumuladas para ativos financeiros no <i>banking book</i> após o cenário adverso ²	-2,470
Perdas acumuladas no <i>trading book</i> após o cenário adverso ²	-453
Taxa de perdas acumuladas em exposições a Empresas após o cenário adverso (%) ^{1, 2}	4.7%
Taxa de perdas acumuladas em exposições de Retalho após o cenário adverso (%) ^{1, 2}	0.3%
Rácio Tier 1 após o cenário adverso (%)	8.0%

Cenário adverso com choque adicional de risco soberano em 31 de Dezembro de 2011	milhões de euros
Perdas por imparidade adicionais no <i>banking book</i> após o choque de risco soberano ²	-377
Perdas adicionais em exposições soberanas no <i>trading book</i> após o choque de risco soberano ²	-143
Taxa de perdas acumuladas em exposições a Empresas após o cenário adverso e o choque de risco soberano ^{1, 2, 3}	5.6%
Taxa de perdas acumuladas em exposições de Retalho após o cenário adverso e o choque de risco soberano ^{1, 2, 3}	0.4%
Rácio Tier 1 após o cenário adverso e choque de risco soberano (%)	7.5%
Necessidades adicionais de capital para que o rácio Tier 1 seja 6% no cenário adverso com o choque adicional de risco soberano, no final de 2011.	-

¹ Perdas por imparidade em percentagem das exposições a empresas/retalho nas carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, de ativos financeiros detidos até à maturidade e de crédito.

² Acumulado para 2010 e 2011.

³ Perdas estimadas no cenário adverso com choque adicional de risco soberano.

Banco Espírito Santo

Exposições à administração central e local dos países do Espaço Económico Europeu

Exposições em base consolidada

Milhões de euros

Banco	Banco Espírito Santo
Data de reporte	31-Mar-2010

	Exposições brutas	das quais <i>Banking book</i>	das quais <i>Trading book</i>	Exposições líquidas
Áustria	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0
Bulgária	0	0	0	0
Chipre	0	0	0	0
República Checa	0	0	0	0
Dinamarca	0	0	0	0
Estónia	0	0	0	0
Finlândia	0	0	0	0
França	0	0	0	0
Alemanha	0	0	0	0
Grécia	464	464	0	464
Hungria	0	0	0	0
Islândia	0	0	0	0
Irlanda	0	0	0	0
Itália	0	0	0	0
Letónia	0	0	0	0
Liechtenstein	0	0	0	0
Lituânia	0	0	0	0
Luxemburgo	0	0	0	0
Malta	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0
Noruega	0	0	0	0
Polónia	3	0	3	3
Portugal	1,766	521	1,245	1,766
Roménia	0	0	0	0
Eslováquia	0	0	0	0
Eslovénia	0	0	0	0
Espanha	15	9	6	15
Suécia	0	0	0	0
Reino Unido	0	0	0	0

Santander Totta, SGPS

Resultados observados

Em 31 de Dezembro de 2009	milhões de euros
Capital Tier 1 total	2,632
Capital regulamentar total	2,879
Total dos ativos ponderados por risco	26,404
Resultados antes de perdas por imparidade (incluindo custos operacionais)	726
Perdas por imparidade em ativos financeiros no <i>banking book</i>	-101
Taxa anual de perdas em exposições a Empresas (%) ¹	0.12%
Taxa anual de perdas em exposições de Retalho (%) ¹	0.37%
Rácio Tier 1 (%)	10.0%

Resultados dos cenários de stress test

O exercício de stress test foi realizado sob algumas hipóteses comuns simplificadoras (e.g. assumiu-se que as rubricas de balanço permaneciam constantes, tratamento uniforme das exposições de titularização). Desta forma, a informação relativa ao cenário de referência é apenas apresentada para fins comparativos. Nem o cenário de referência nem o cenário adverso devem ser interpretados como uma previsão em qualquer circunstância.

Cenário de referência em 31 de Dezembro de 2011²	milhões de euros
Capital Tier 1 total após o cenário de referência	3,412
Capital regulamentar total após o cenário de referência	3,659
Total dos ativos ponderados por risco após o cenário de referência	26,404
Rácio Tier 1 após o cenário de referência (%)	12.9%

Cenário adverso em 31 de Dezembro de 2011²	milhões de euros
Capital Tier 1 total após o cenário adverso	3,402
Capital regulamentar total após o cenário adverso	3,649
Total dos ativos ponderados por risco após o cenário adverso	26,404
Resultados acumulados antes de perdas por imparidade (incluindo custos operacionais) após o cenário adverso ²	2,034
Perdas por imparidade acumuladas para ativos financeiros no <i>banking book</i> após o cenário adverso ²	-277
Perdas acumuladas no <i>trading book</i> após o cenário adverso ²	-200
Taxa de perdas acumuladas em exposições a Empresas após o cenário adverso (%) ^{1, 2}	0.5%
Taxa de perdas acumuladas em exposições de Retalho após o cenário adverso (%) ^{1, 2}	1.1%
Rácio Tier 1 após o cenário adverso (%)	12.9%

Cenário adverso com choque adicional de risco soberano em 31 de Dezembro de 2011	milhões de euros
Perdas por imparidade adicionais no <i>banking book</i> após o choque de risco soberano ²	-59
Perdas adicionais em exposições soberanas no <i>trading book</i> após o choque de risco soberano ²	-8
Taxa de perdas acumuladas em exposições a Empresas após o cenário adverso e o choque de risco soberano ^{1, 2, 3}	0.6%
Taxa de perdas acumuladas em exposições de Retalho após o cenário adverso e o choque de risco soberano ^{1, 2, 3}	1.4%
Rácio Tier 1 após o cenário adverso e choque de risco soberano (%)	13.0%
Necessidades adicionais de capital para que o rácio Tier 1 seja 6% no cenário adverso com o choque adicional de risco soberano, no final de 2011.	-

¹ Perdas por imparidade em percentagem das exposições a empresas/retalho nas carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, de ativos financeiros detidos até à maturidade e de crédito.

² Acumulado para 2010 e 2011.

³ Perdas estimadas no cenário adverso com choque adicional de risco soberano.

Santander Totta, SGPS

Exposições à administração central e local dos países do Espaço Económico Europeu

Exposições em base consolidada

Milhões de euros

Banco	Santander Totta, SGPS
Data de reporte	31-Mar-2010

	Exposições brutas	das quais		Exposições líquidas
		<i>Banking book</i>	<i>Trading book</i>	
Áustria	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0
Bulgária	0	0	0	0
Chipre	0	0	0	0
República Checa	0	0	0	0
Dinamarca	0	0	0	0
Estónia	0	0	0	0
Finlândia	0	0	0	0
França	0	0	0	0
Alemanha	0	0	0	0
Grécia	0	0	0	0
Hungria	0	0	0	0
Islândia	0	0	0	0
Irlanda	0	0	0	0
Itália	0	0	0	0
Letónia	0	0	0	0
Liechtenstein	0	0	0	0
Lituânia	0	0	0	0
Luxemburgo	0	0	0	0
Malta	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0
Noruega	0	0	0	0
Polónia	0	0	0	0
Portugal	3,962	3,860	102	3,962
Roménia	0	0	0	0
Eslováquia	0	0	0	0
Eslovénia	0	0	0	0
Espanha	3,178	3,178	0	3,178
Suécia	0	0	0	0
Reino Unido	0	0	0	0

Anexo

Cenários subjacentes ao exercício de *stress test*

O exercício de *stress test* assenta em dois cenários macroeconómicos alternativos: um cenário de referência e um cenário adverso (Tabela 1). Os cenários para a economia portuguesa foram desenvolvidos pelo CEBS, em estreita cooperação com o BCE e a Comissão Europeia.

No cenário de referência, é projetada uma desaceleração da economia portuguesa durante todo o horizonte considerado, verificando-se um crescimento lento quer para 2010 quer para 2011. No contexto do processo de consolidação orçamental, em conjugação com o inevitável processo de desalavancagem do setor privado, a procura interna deverá contribuir negativamente para o crescimento do PIB. Por sua vez, as exportações deverão contribuir positivamente para o crescimento do PIB, em linha com a evolução da procura externa para a economia portuguesa.

O cenário adverso incorpora um conjunto de choques comuns a todas as economias, bem como alguns choques idiossincráticos, com o objetivo de capturar características estruturais de cada economia. O cenário adverso corresponde a uma combinação particularmente severa de choques para a economia portuguesa. Com efeito, este cenário implica a recessão mais profunda e prolongada de que há registo. A atividade económica deverá registar uma contração em cada ano no período 2009-2011, com uma diminuição acumulada do PIB de 5.3 pontos percentuais, que representa uma diferença acumulada de 3.3 pontos percentuais face ao cenário de referência. No cenário adverso, o desemprego também aumentará para máximos históricos, atingindo cerca de 13 por cento da população ativa.

Várias hipóteses adicionais devem ser igualmente salientadas. Em primeiro lugar, deve referir-se que o cenário adverso prevê uma redução dos preços das ações de 20 por cento em 2010 e em 2011 (equivalente a uma redução acumulada de 36 por cento no horizonte)¹. Em segundo lugar, o cenário adverso também incorpora uma diminuição dos preços no mercado imobiliário (quer residencial, quer não residencial) de 5 por cento em cada ano. A calibração deste fator de risco foi específica a cada país. Apesar de a evidência disponível apontar para a ausência de uma sobrevalorização dos preços da habitação em Portugal, a redução nominal assumida no cenário adverso pode ser justificada pelas condições cíclicas muito negativas prevalentes neste cenário².

Num contexto de reavaliação em alta do risco soberano por parte dos participantes nos mercados financeiros internacionais, foi introduzido um choque adicional no cenário adverso, o qual corresponde a um choque específico sobre a curva de rendimentos de cada país, considerando choques sobre o

¹ Estes choques foram aplicados aos instrumentos de capital incluídos na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda e na carteira de ativos financeiros a justo valor através de resultados (carteira de *trading*), bem como sobre a carteira de ações dos fundos de pensões dos empregados bancários.

² Veja-se "Caixa 6.1: Preços de Habitação em Portugal e Fundamentos Macroeconómicos: Evidência de Regressão de Quantis ", Relatório de Estabilidade Financeira 2005, Banco de Portugal.

spread de taxa de juro dos títulos de dívida pública. Para cada país, este choque foi calibrado assumindo que o *spread* de cada país permaneceria tão elevado como o registado no período após o início de Maio de 2010. O cenário não considera qualquer incumprimento soberano. Assume-se que os choques ocorrem no terceiro trimestre de 2010 e que persistem ao longo do horizonte de projeção. Deste modo, dada a subida acentuada das taxas de juro a 10 anos no horizonte de análise - que corresponde a um aumento de cerca de 3 p.p. em 2010 seguido de um aumento adicional de 1.6 p.p. em 2011 - foi também considerado um aumento da taxa de desconto atuarial dos fundos de pensões dos empregados bancários, nomeadamente de 50 p.b. em 2010 e em 2011.

Tabela 1 – Cenários macroeconómicos (*)

Cenário de referência	Portugal	
	2010	2011
PIB a preços constantes (taxa de variação anual, em percentagem)	0.5	0.2
Desemprego (em percentagem da população ativa, valores de fim de período)	11.1	11.9
Taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses, valores de fim de período)	1.2	2.1
Taxa de juro de longo prazo (OTs a 10 anos, valores de fim de período)	4.7	5.1
Preços de imóveis não residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	0.0	0.0
Preços de imóveis residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	0.0	0.0
<i>Haircut</i> nos instrumentos de capital na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (em percentagem) ¹	10.0	10.0
Cenário adverso	2010	2011
PIB a preços constantes (taxa de variação anual, em percentagem)	-0.3	-2.3
Desemprego (em percentagem da população ativa, valores de fim de período)	11.3	12.8
Taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses, valores de fim de período)	2.1	3.3
Taxa de juro de longo prazo (OTs a 10 anos, valores de fim de período)	5.2	5.8
Preços de imóveis não residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	-5.0	-5.0
Preços de imóveis residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	-5.0	-5.0
<i>Haircut</i> nos instrumentos de capital na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (em percentagem) ¹	20.0	20.0
Cenário adverso com choque adicional de risco soberano	2010	2011
Taxas de juro de longo prazo (OTs a 5 anos, valores de fim de período) ²	5.8	7.4

Notas: tvh – Taxa de variação homóloga. * Os cenários macroeconómicos foram desenvolvidos pelo CEBS em estreita cooperação com o BCE e com a Comissão Europeia. (1) Um choque de magnitude semelhante foi aplicado aos títulos de capital na carteira de ativos financeiros a justo valor através de resultados (carteira de *trading*) e na carteira de ações dos fundos de pensões dos empregados bancários. (2) Incluindo o alargamento dos *spreads* relativamente à dívida pública alemã.

Principais hipóteses sobre o impacto dos cenários na posição financeira das instituições

O impacto dos cenários macroeconómicos sobre a situação financeira de cada uma das instituições incluídas no exercício envolveu a projeção dos resultados do exercício e dos níveis de solvabilidade. Neste contexto, diversas hipóteses devem ser salientadas.

Em primeiro lugar, a projeção foi ancorada na informação contabilística e prudencial referente a Dezembro de 2009, tendo em consideração os dados consolidados para efeitos de supervisão.

Em segundo lugar, a evolução das probabilidades de incumprimento (PD) e das perdas dado o incumprimento (LGD) estimada ao longo do horizonte de projeção é consistente com os cenários de referência e adverso, dentro de uma metodologia comum adotada para efeitos do exercício de *stress test* a nível europeu. Como seria de esperar, o cenário adverso conduz a um aumento significativo do valor das perdas na carteira de crédito ao setor privado ao longo do horizonte de projeção, em particular no segmento das empresas, refletindo, por um lado, a redução da atividade económica e o aumento do desemprego e, por outro, o aumento das taxas de juro.

Em terceiro lugar, considerou-se, em ambos os cenários, que as rubricas de balanço permanecessem constantes ao longo de 2010 e 2011.

Em quarto lugar, foram assumidas diversas hipóteses adicionais para incorporar as principais fontes de risco nas demonstrações financeiras das instituições:

- O risco no mercado acionista foi considerado em todas as carteiras de ativos financeiros e totalmente refletido nas contas de resultados;
- O risco de taxa de juro foi considerado através de variações de valor nos instrumentos financeiros com rendimento fixo na carteira de ativos financeiros a justo valor através de resultados (carteira de *trading*);
- A posição financeira dos fundos de pensões dos empregados bancários com benefício definido foi afetada por diversos fatores de risco, nomeadamente risco de taxa de juro, risco de preços das ações e risco dos preços imobiliários. Qualquer variação superior ao designado “corredor” (definido como 10 por cento do máximo entre o valor dos ativos e o valor das responsabilidades dos fundos) foi reconhecida diretamente nos fundos próprios de base (Tier 1);
- A margem financeira foi projetada considerando a transmissão das taxas de juro dos ativos e passivos com juros, multiplicado pelo respetivo *stock* médio em balanço;
- As reduções de preços no mercado imobiliário implicam o reconhecimento de imparidade na carteira de imobiliário detido para outros fins que não uso próprio (i.e. imóveis na posse das instituições decorrentes de situações de incumprimento, por exemplo, execução de hipotecas e dação em pagamento);
- Apesar de não ter sido considerada a possibilidade de incumprimento em países do Espaço Económico Europeu, o risco soberano foi contemplado no exercício através dos títulos classificados na carteira de *trading*, aplicando *haircuts* com base nos níveis máximos dos *spreads* de dívida pública de cada país da UE face à Alemanha desde 7 de Maio de 2010. Note-se que o impacto do risco soberano sobre as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, detidos até à maturidade e de crédito (*banking book*) não foi considerado, uma vez

que, por um lado, as variações de valor não-realizadas nestas carteiras não têm impacto nos fundos próprios regulamentares. Por outro lado, o registo de imparidades nestas carteiras apenas ocorre em situações de incumprimento, ou equiparáveis a incumprimento. Adicionalmente, o risco soberano foi ainda tido em consideração no exercício através do seu impacto nas estimativas das PDs e LGDs do setor privado para cada segmento e em cada país, uma vez que as taxas de juro de longo prazo foram incluídas como variável explicativa, entre outras, nos modelos de estimação destes parâmetros.